

quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração

7. Imobilizado e Intangível: Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento

| | Médicos e Cirúrgicos Aparelhos 10% | Equip. Informática 20% | Instr. Cirúrgicos 10% | Máquinas e Equip. 10% | Móveis e Utensílios 10% | Equip. Hospitalares 10% | Construções em andamento | Benfeitorias 10% | Total |
|----------------------------------|--|---------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|
| Em 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | | | |
| Custo | 297.391 | 65.997 | 47.392 | 54.372 | 64.240 | - | - | 203.538 | 732.930 |
| Adições | 160.011 | 34.856 | 13.500 | 177.040 | 60.492 | 32.436 | 637.987 | 97.879 | 1.214.201 |
| Depreciação | (41.679) | (17.496) | (6.435) | (16.335) | (7.314) | (2.283) | - | (21.424) | (112.966) |
| Saldo Final | 415.723 | 83.357 | 54.457 | 215.077 | 117.418 | 30.153 | 637.987 | 279.993 | 1.834.165 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | | | |
| Custo | 415.723 | 83.357 | 54.457 | 215.077 | 117.418 | 30.153 | 637.987 | 279.993 | 1.834.165 |
| Adições | 10.950 | 969 | - | 68.661 | 94.475 | 10.936 | 312.176 | - | 498.167 |
| Depreciação | (50.342) | (23.968) | (6.764) | (25.207) | (16.927) | (3.868) | - | (21.425) | (148.501) |
| Saldo Final | 376.331 | 60.358 | 47.693 | 258.531 | 194.966 | 37.221 | 950.163 | 258.568 | 2.183.831 |

| | Equipamento Informático 20% | Direito de Uso 10% | Total |
|----------------------------------|--------------------------------|-----------------------|----------------|
| Saldo inicial | 13.442 | 278.405 | 291.847 |
| Adições | - | - | - |
| Depreciação | (4.003) | (82.681) | (86.684) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 9.439 | 195.724 | 205.163 |
| Adições | - | - | - |
| Depreciação | (4.002) | (82.681) | (86.683) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 5.437 | 113.043 | 118.480 |

8. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 106.117 (R\$ 66.155 em 2018), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão, por serviços laboratoriais prestados. O saldo a pagar de R\$ 207.203 (R\$ 198.053 em 2018) refere-se aos serviços da gestão a pagar.

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------|------------------|------------------|
| 9. Fornecedores | | |
| Materiais e medicamentos | 443.355 | 540.347 |
| Serviços pessoa Jurídica | 377.141 | 321.709 |
| Serviços médicos | 619.095 | 722.245 |
| Diversos | 8.292 | 14.084 |
| | 1.447.883 | 1.598.385 |

| | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| 10. Obrigações Trabalhistas | | |
| Obrigações trabalhistas | 750.710 | 709.878 |
| Provisão férias | 1.030.173 | 969.534 |
| Provisões FGTS s/férias | 82.352 | 77.317 |
| | 1.863.235 | 1.756.729 |

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| 11. Obrigações Sociais | | |
| INSS a recolher | 76.927 | 78.318 |
| FGTS a recolher | 110.313 | 105.686 |
| IRRF s/ folha a recolher | 121.279 | 70.035 |
| Contribuição Sindical a recolher | 725 | 6.514 |
| | 309.244 | 260.553 |

12. Receitas Diferidas: Em 2019, foi utilizado o montante de R\$ 498.167, sendo adquirido com a verba residual de 2018. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2018, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Imobilizado - Contrato de Gestão | 2.531.871 | 2.033.704 |
| Total investido em ativo | 2.531.871 | 2.033.704 |
| (-) Depreciação / Amortização Acumulada | (348.040) | (199.539) |
| | 2.183.831 | 1.834.165 |

13. Provisões para Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

| | 2019 | Possível 2018 |
|-------------|---------------|---------------|
| Trabalhista | 67.430 | 78.484 |
| | 67.430 | 78.484 |

Em 2019, a Entidade possuía R\$ 28.560 (R\$ 9.350 em 2018) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social é o acréscido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão.

ção de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| 4. Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Caixa | 1.200 | 207 |
| Banco conta movimento | 71.704 | 337.639 |
| Aplicações financeiras | 3.652.552 | 2.539.086 |
| | 3.725.456 | 2.876.932 |

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 09/03/2020.

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Contrato 002/2016 - SESPA | 2.810.202 | 3.250.000 |
| Total circulante | 2.810.202 | 3.250.000 |

| | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| 6. Estoques | | |
| Drogas e Medicamentos | 265.589 | 281.135 |
| Dietas Enterais e Parenterais | 42.130 | 23.626 |
| Fios Cirúrgicos | 31.710 | 32.844 |
| Filmes e Químicos | 4.872 | 1.067 |
| Materiais de uso do paciente | 251.937 | 223.216 |
| Produtos de Limpeza | 37.083 | 28.194 |
| Materiais de Laboratório | 174.839 | 127.963 |
| Demais materiais | 170.438 | 154.694 |
| | 978.598 | 872.739 |

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifi- que constituição de provisão para perdas.

| | 2019 | 2018 |
|---|--------------------|--------------------|
| 15. Despesas Gerais e Administrativas: | | |
| Serviços de gestão | (1.964.521) | (1.843.882) |
| Energia elétrica | (796.279) | (764.609) |
| Aluguel de máquinas | (420.372) | (550.412) |
| Viagens e hospedagens | (76.760) | (114.479) |
| Outros | (324.981) | (331.969) |
| | (3.582.913) | (3.605.351) |

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| 17. Cobertura de Seguros: Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. | | |
| 18. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. | | |
| Cota patronal | 2.205.737 | 2.052.191 |
| Terceiros | 639.664 | 595.135 |
| RAT/SAT | 220.574 | 205.219 |
| Total INSS | 3.065.975 | 2.852.545 |
| COFINS | 1.189.500 | 1.123.808 |
| Total COFINS | 1.189.500 | 1.123.808 |

19. Eventos Subseqüentes: O Contrato de gestão 002/2016, junto à SESPA, teve sua vigência encerrada em 09/03/2020 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual por mais 12 meses. A atual Administração protocolou ofício junto à SESPA, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades do Hospital Jean Bitar até a obtenção do retorno da SESPA, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região.

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Aplicações financeiras | 3.652.552 | 2.539.086 |
| Contas a receber | 2.810.202 | 3.250.000 |
| Total ativos financeiros | 6.462.754 | 5.789.089 |
| Fornecedores | 1.447.883 | 1.598.385 |
| Total passivos financeiros | 1.447.883 | 1.598.385 |

Belém/PA, 13 de março de 2020.

| | |
|---|---|
| <p><small>continuação</small></p> <p>Giovani Luís Padão Merenda Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00</p> | <p>Maiara Cardoso da Silva Cravo Contadora - CRC PA - 019966/O</p> |
| <p>Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis</p> | |
| <p>A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes: Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 19 - Eventos subsequentes, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Jean Bitar, teve sua vigência encerrada em 09/03/2020 e, até a emissão de nosso relatório, não houve retorno da SESPA - Secretaria Estadual de Saúde do Pará, sobre o ofício promovido pela atual Administração, considerando a intenção em renovar o contrato por um novo ciclo de 12 meses. A Administração do INDSH entende que haverá a anuência pela Secretaria e manterá as operações de administração do Hospital Jean Bitar até a resposta da SESPA. Essas demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com o princípio de continuidade, não sendo apuradas, reconhecidas ou divulgadas eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. Outros assuntos: i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de março de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preaparo de sua estrutura para eventual atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, con-</p> | <p>cluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 13 de março de 2020.</p> <p>Planners Auditores Independentes CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398</p> <p>Valter Piovam Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018</p> <p>Heitor Piovam Contador CRC 1SP 331.721/O-0 Auditor Independente - CNAI 6.199</p> |

BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA

CNPJ: 04.966.545/0001-08 Trav. 9 de Janeiro, 1267 Belém-Pará

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| BALANÇO PATRIMONIAL | | |
| ATIVO CIRCULANTE | 30.101.196,56 | 29.293.295,46 |
| Disponível | 3.916.344,89 | 6.545.387,40 |
| Caixa | 180.028,40 | 204.220,21 |
| Bnco C/Movimento | 3.736.316,49 | 6.341.167,19 |
| Realizável | 26.184.851,67 | 22.747.908,06 |
| Aplicações Financeiras | 5.033.783,75 | 4.559.354,81 |
| Aplicações Não Vinculadas | 5.033.783,75 | 4.559.354,81 |
| Creditos a Receber | 19.492.010,26 | 16.471.750,90 |
| Contas a Receber | 1.604.702,80 | 1.203.983,65 |
| Títulos Créd. e Conv. a Receber | 17.064.106,87 | 14.318.701,88 |
| Outros Val. e Adiant. a Receber | 823.200,59 | 949.065,37 |
| Valores Bens e Estoques | 1.659.057,66 | 1.716.802,35 |
| Estoques | 1.659.057,66 | 1.716.802,35 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 41.256.101,65 | 37.551.875,58 |
| DEPÓSITO JUDICIAL | 171.046,18 | 171.046,18 |
| Deposito Judicial | 171.046,18 | 171.046,18 |
| Investimentos | 6.912.354,00 | 6.382.354,00 |
| Amazonia Planos de Saúde | 6.912.354,00 | 6.382.354,00 |
| Imobilizado | 34.045.681,43 | 30.871.455,36 |
| Imóveis | 19.326.458,88 | 18.945.082,12 |
| Moveis e Utensílios | 5.656.810,38 | 4.871.430,95 |
| Equipamentos de Informatica | 1.527.884,41 | 1.273.146,05 |
| Maquinas e Equipamentos | 18.307.722,26 | 16.187.726,46 |
| Veículos | 394.610,14 | 310.649,34 |
| (-)Depreciação Acumulada | -11.167.804,64 | -10.716.579,56 |
| Intangível | 127.020,04 | 127.020,04 |
| Sistema de Computação | 127.020,04 | 127.020,04 |
| TOTAL DO ATIVO | 71.357.298,21 | 66.845.171,04 |
| PASSIVO | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | 9.411.259,54 | 8.714.566,09 |
| Repasse Medico | 0,00 | 21.678,34 |
| Tributos e Contrib. a Recolher | 4.369.954,15 | 4.504.648,92 |
| Obrigações Com Pessoal | 1.791.314,52 | 1.736.269,67 |
| Outros Debitos | 1.296.156,37 | 469.105,37 |
| Fornecedores | 1.953.834,50 | 1.982.863,79 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 2.123.703,74 | 3.225.085,68 |
| Emprestimos e Financiamentos | 573.173,34 | 1.181.218,48 |
| Leasing | 1.550.530,40 | 2.043.867,20 |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | 59.822.334,93 | 54.905.519,27 |
| Capital Social | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 |
| Doações e Subverções | 1.852.985,46 | 1.852.985,46 |
| Reservas | 1.238.033,70 | 1.238.033,70 |
| R.de Luc./Sob./Ret. de Superáv | 1.238.033,70 | 1.238.033,70 |
| Déficits/Superávits Acumulados | 31.814.500,11 | 25.524.684,94 |
| Superávit do Exercício | 4.916.815,66 | 6.289.815,17 |
| TOTAL PASSIVO | 71.357.298,21 | 66.845.171,04 |
| DEMONST. DO RESULTADO | 2019 | 2018 |
| Eventos/S I Líquidos | 0,00 | 124.529,57 |
| Eventos/S C ou Avisados | 0,00 | 124.529,57 |
| RESULTADO A SAÚDE | 0,00 | 124.529,57 |
| RECEITAS OPERACIONAIS | 79.445.250,22 | 67.125.596,40 |
| Receitas Hospitalares | 79.454.544,84 | 67.140.016,86 |
| (-) Deduções de Receitas | 9.294,62 | 14.420,46 |
| Reversão de Provisão | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS HOSPITALARES | 23.742.552,14 | 18.914.461,07 |
| Despesas Hospitalares | 23.742.552,14 | 18.914.461,07 |
| RESULTADOS OPERACIONAIS | 55.702.698,08 | 48.211.135,33 |
| RECEITAS DE DOAÇ E CONT. | 780.324,59 | 882.762,95 |
| Receitas de Doações e Cont | 780.324,59 | 882.762,95 |
| OUTRAS REC NÃO OP | 396.937,42 | 432.557,36 |
| Outras Receitas Não Operac. | 396.937,42 | 432.557,36 |
| RESULTADO FINANC. LIQUIDO | 53.069,61 | -405.382,07 |
| Receitas Financeiras | 330.305,36 | 296.855,76 |
| Despesas Financeira | 277.235,75 | 702.237,83 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 47.446.750,44 | 39.193.470,26 |
| Despesas Com Pessoal | 36.798.913,17 | 30.478.455,10 |
| Despesas Com Terceiros | 9.757.353,67 | 7.882.833,11 |
| Despesas Administr. Diversas | 890.483,60 | 832.182,05 |
| Desp. Com Loca e Func. | 4.569.463,60 | 3.513.258,57 |
| Desp. Com Loc. e Manutenção | 4.569.463,60 | 3.513.258,57 |
| RESULTADO LIQUIDO | 4.916.815,66 | 6.289.815,17 |
| DFC | 2019 | 2018 |
| ATIVIDADES OPERAC. | | |
| (+) Resg de Apli c/Financ. | 0,00 | 20,22 |
| (+) Rec.de Jur Ap Financ. | 274.651,77 | 265.987,46 |
| (+) Outros Rec. Op. | 75.612.881,52 | 68.779.389,61 |
| (-)Pag Forn./Prest. Saúde | 25.817.563,83 | 20.314.098,12 |
| (-)Pagamento de Pessoal | 22.138.188,68 | 18.206.395,44 |
| (-)Pag. de Serv Terc | 8.117.333,07 | 7.882.833,11 |
| (-)Pag.de Prom/Public | 4.664,00 | 3.832,00 |
| (-)Aplicações Financeiras | 476.608,41 | 234.149,85 |
| (-)Outros Pag Operacion | 2.873.164,39 | 1.253.678,39 |
| (-)Pagamento de Tributos | 13.108.777,17 | 10.660.690,74 |
| Caixa Liq das Ativid Op. | 3.351.233,74 | 10.489.719,64 |
| ATIV.DE INVESTIMENTOS | | |

| | | |
|------------------------------|----------------------|---------------------|
| (-)Pag.de Aq de Ao Imob- | 4.543.966,42 | 5.432.404,71 |
| (-)Outros Pag.das At.de I | | |
| Caixa Liq das At de Inves | -4.543.966,42 | -5.432.404,71 |
| ATIV.DE FINANCIAMENT | | |
| (-)Pag,J.Emp.Fin.Leasing | 277.235,75 | 702.237,83 |
| (-)Pag. de Amort. - | | |
| Emprest./Financ./Leasing | 1.159.074,08 | 1.692.205,28 |
| Caixa Liq. das At. de Fina | -1.436.309,83 | -2.394.443,11 |
| VARIAÇÃO LÍQ DO CAIXA | -2.629.042,51 | 2.662.871,82 |
| CAIXA - Saldo Inicial | 6.545.387,40 | 3.882.515,58 |
| CAIXA - Saldo Final | 3.916.344,89 | 6.545.387,40 |
| Ativo Liv no Inic do Perio | 37.551.875,58 | 32.576.270,88 |
| Ativ Liv no Fin do Período | 41.256.101,65 | 37.551.875,58 |

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

| | Déficit/Superavit Acumulado | Totais |
|----------------------|------------------------------------|---------------|
| Saldo em 31.12.2017 | | 48.615.704,10 |
| 31.12.2018 superavit | 6.289.815,17 | |
| Saldo em 31.12.2018 | | 54.905.519,27 |
| 31.12.2019 Superavit | 4.916.815,66 | |
| Saldo em 31.12.2019 | | 59.822.334,93 |

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2019

Nota 1 Contexto Operacional

A BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA, entidade civil de caráter beneficente, sem fins econômicos, que se propõe a dar assistência social, moral e material às pessoas necessitadas, visando a consecução de seus objetivos sociais, exerce as atividades de assistência social, organização e administração de hospitais, clínicas e ambulatórios, médica móvel e outras atividade de afins.

Nota 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram elaboradas com as novas práticas adotadas no Brasil de acordo com a Lei nº 11.638/07

a)Apuração do Resultado.

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.

b)Aplicação de Liquidez Imediata.

Estão registradas por seus valores atualizados até a data do Balanço.

c)Passivo Circulante.

São representados por obrigações decorrentes das prestações de serviço e aquisição de materiais e equipamentos para manutenção e expansão do sistema de atendimento.

d)Patrimônio Social O Patrimônio Social da entidade é constituído de Bens Patrimoniais da entidade, de Fundo Assistencial e Reserva para Manutenção da entidade.

Nota 3 Gratuidades/Atividade Assistencial.

A entidade aplicou em despesas relacionadas com atividade assistencial, o montante de R\$1.160.655,10 no exercício de 2019.

Nota 4 Aplicação dos Recursos

Os recursos foram aplicados, integralmente, na manutenção e aquisição do imobilizado, e em sua atividade assistencial com base no Estatuto Social da entidade.

Nota 5 Contribuições

No exercício de 2019, várias entidades, inclusive pessoas físicas, efetuaram doações no montante de R\$ 219.011,99.

Elbertito Osamu Yamamoto (Presidente) CPF: 279.824.672-53

Alfredo Takeru Honda (Diretor Financeiro) CPF: 127.906.132-49

Nilson Hayashida (Contador) CPF: 115.987.782-34 CRC (PA)007241/O-5.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, no exercício de suas atribuições estatutárias, após terem procedido aos exames do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Despesas e Receitas, e demais contas e atos da Diretoria, finda em 31 de dezembro de 2019, e acompanhada do Parecer da Auditoria Independente realizada pelo auditor independente Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo, em anexo, e tendo em visto encontrado em perfeita ordem com provas documentadas, são de parecer que os mesmos podem ser levados para a aprovação da Assembleia Geral de 2020.

Yuji Ikuta (Presidente) Leonardo yoshikazu Maruoka (Coselheiro).

Teiichi Oikawa (Conselheiro).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo

Contador CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente CNAI Nº-171

IBRACON Nº-3715

CMV 4677

Protocolo: 535103



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 18 de março de 2020 às 22:55:21.